



# Direito Administrativo

Resolução de questões

Prof. Herbert Almeida

   /profherbertalmeida

# Para começar

**Baixe os slides no nosso Telegram**



**<https://t.me/profherbertalmeida>**



# Atualização – LIA

Prof. Herbert Almeida

   /profherbertalmeida



# **(IR)RETROATIVIDADE DA REFORMA DA LIA**

Prof. Herbert Almeida

# ARE 843.989 (Tema 1199)

- 1) É necessária a comprovação de **responsabilidade subjetiva para a tipificação dos atos de improbidade administrativa**, exigindo-se nos artigos 9º, 10 e 11 da LIA a presença do elemento subjetivo **dolo**;
- 2) A norma benéfica da **Lei 14.230/2021** revogação da modalidade culposa do ato de improbidade administrativa, **é irretroativa**, em virtude do artigo 5º, inciso XXXVI, da Constituição Federal, **não tendo incidência em relação à eficácia da coisa julgada; nem tampouco durante o processo de execução das penas e seus incidentes;**

# ARE 843.989 (Tema 1199)

3) A nova Lei 14.230/2021 **aplica-se** aos **atos de improbidade administrativa culposos praticados na vigência do texto anterior**, porém **sem condenação transitada em julgado**, em virtude da revogação expressa do tipo culposo, devendo o juízo competente analisar eventual dolo por parte do agente.

4) O novo regime prescricional previsto na Lei 14.230/2021 é **irretroativo**, aplicando-se os **novos marcos temporais a partir da publicação da lei**.

[ARE 843.989 (Tema 1.199). Rel. Min. Alexandre de Moraes. Julg. em 18/8/2022].

# Legislação

**ANTES** → Dolo  
↳ CULPA (LE)      **APÓS** → Dolo

Art. 1º O sistema de responsabilização por atos de improbidade administrativa tutelar a probidade na organização do Estado e no exercício de suas funções, como forma de assegurar a integridade do patrimônio público e social, nos termos desta Lei.

Parágrafo único. (revogado)

§ 1º Consideram-se atos de improbidade administrativa as condutas **dolosas** tipificadas nos arts. 9º, 10 e 11 desta Lei, ressalvados tipos previstos em leis especiais.

§ 4º Aplicam-se ao sistema da improbidade disciplinado nesta Lei os princípios constitucionais do **direito administrativo sancionador**.

Art. 23. A ação para a aplicação das sanções previstas nesta Lei **prescreve em 8 (oito) anos**, contados a partir da **ocorrência do fato** ou, no caso de infrações permanentes, do dia em que cessou a permanência.

**ANTES** → PRAZOS (5 ANOS / TÉRM. V.)  
↳ DISTINTOS      **APÓS** → FATO (BA.)  
↳ INTERC.

# Aplicação da reforma da LIA

## ① Dow

→ Ñ RETROAGE → TRANS. JULGADO (MESMO → EXECUÇÃO)

→ RETROAGE (CULPA) ~ Ñ TRANS. JULGADO

→ PRESCRIÇÃO → Ñ RETROAG.

→ NOVOS MARCOS → PUBLICAÇÃO (26/10/21)

# Aplicação da reforma da LIA



# **LEGITIMIDADE ATIVA NA AÇÃO DE IMPROBIDADE E DEFESA POR ADVOCACIA PÚBLICA**

**Prof. Herbert Almeida**

# ADIs 7042 e 7043

1) O **Ministério Público** e as **pessoas jurídicas interessadas** possuem **legitimidade ativa concorrente e disjuntiva** para a **propositura da ação por ato de improbidade administrativa** e para a **celebração de acordos de não persecução civil**.

2) Não existe **“obrigatoriedade de defesa judicial”**; havendo, porém, a possibilidade dos órgãos da Advocacia Pública **autorizarem a realização dessa representação judicial**, por parte da assessoria jurídica que emitiu o parecer atestando a legalidade prévia dos atos administrativos praticados pelo administrador público, nos termos **autorizados por lei específica**.

[ADIs 7042 e 7043. Rel. Min. Alexandre de Moraes. Julgamento em 31/8/2022].

# Legitimidade

LIA (MP) → AÇÃO ACORDO

Art. 17. A ação para a aplicação das sanções de que trata esta Lei será proposta pelo **Ministério Público** e seguirá o procedimento comum previsto na Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), salvo o disposto nesta Lei.

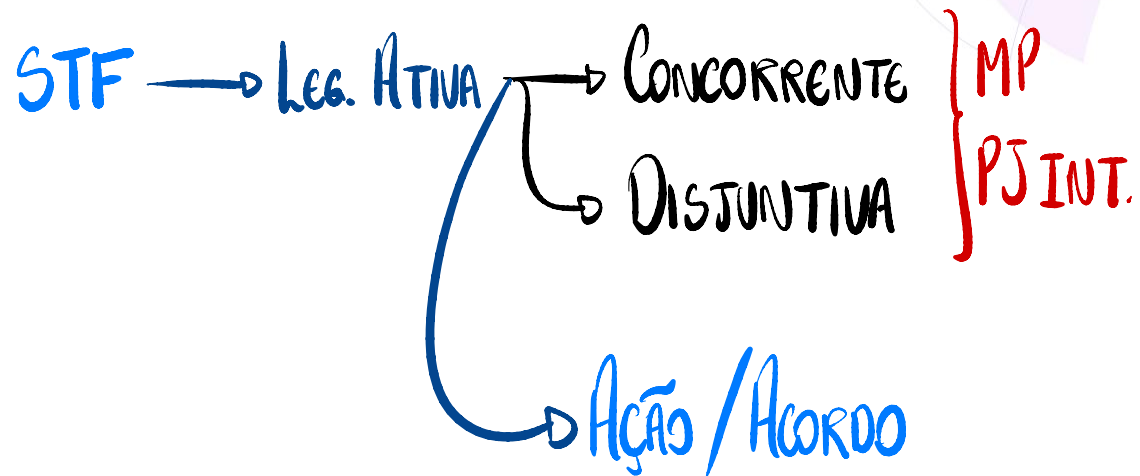
§ 6º-A O Ministério Público poderá requerer as tutelas provisórias adequadas e necessárias, nos termos dos arts. 294 a 310 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil).

§ 10-C. Após a réplica do Ministério Público, o juiz proferirá decisão na qual indicará com precisão a tipificação do ato de improbidade administrativa imputável ao réu, sendo-lhe vedado modificar o fato principal e a capitulação legal apresentada pelo autor.

§ 14. Sem prejuízo da citação dos réus, a pessoa jurídica interessada será intimada para, caso queira, **intervir no processo**.

STF → CONCORRENTE → MP  
→ PSINT.

# Legitimidade



# Defesa judicial por advocacia pública

§ 20. A assessoria jurídica que emitiu o parecer atestando a legalidade prévia dos atos administrativos praticados pelo administrador público ficará obrigada a defendê-lo judicialmente, caso este venha a responder ação por improbidade administrativa, até que a decisão transite em julgado.

# Defesa judicial por advocacia pública

① Ñ OBRIGATORIO AOE

② Pode → AUTORIZAR  
→ LEI (LOCAL)



**Estratégia**  
Concursos